

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota da Editora.....	XXV
Prefácio .....	XXVII

### PRIMEIRA PARTE

**Nélson Hungria**

#### TÍTULO II DO CRIME

49. Conceito jurídico do crime.....	5
50. Fato típico.....	6
51. Injuridicidade (ilicitude jurídica, ilegalidade).....	14
52. Culpabilidade (culpa “sensu lato”).....	16
53. Punibilidade (incidência sob a ameaça da pena “stricto sensu”).....	17
54. Ilícito penal e ilícito civil .....	19
55. Ilícito penal e ilícito administrativo.....	24
56. Crime e contravenção.....	26
57. Divisão dos crimes.....	29
<b>Art. 11. Relação de causalidade.....</b>	<b>41</b>
58. Causalidade.....	43
59. Interrupção de causalidade.....	48
60. Causalidade da omissão.....	49
<b>Art. 12. Crime consumado; Tentativa; Pena de tentativa.....</b>	<b>51</b>
<b>Art. 13. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....</b>	<b>51</b>
<b>Art. 14. Crime impossível.....</b>	<b>51</b>
61. Crime consumado.....	53
62. Tentativa.....	54
63. Inadmissibilidade da tentativa.....	61
64. Tentativa e “impetus”.....	63
65. Tentativa e dolo eventual.....	65
66. Tentativa de lesão corporal.....	65
67. Tentativa e crime complexo.....	66

68. Pena de tentativa.....	66
69. Tentativa abandonada. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	67
70. Crime impossível ou tentativa inadequada (inidônea).....	71
71. Crime putativo.....	75
<b>Art. 15. Crime doloso e crime culposo.....</b>	<b>79</b>
72. Culpabilidade.....	82
73. Dolo.....	84
74. Preterdolo e caso fortuito.....	90
75. Consciência da injuridicidade.....	104
76. Distinções do dolo.....	126
77. Culpa (stricto sensu).....	134
78. Graus da culpa.....	148
79. Imprudência, negligência, imperícia.....	149
80. Erro profissional.....	150
81. Culpa presumida.....	151
82. Compensação de culpas.....	152
83. “Actiones liberæ in causa”.....	154
84. Punibilidade excepcional dos fatos culposos.....	157
<b>Art. 16. Ignorância ou erro de direito.....</b>	<b>157</b>
<b>Art. 17. Erro de fato; erro culposo; Erro determinado por terceiros e Erro sobre a pessoa.....</b>	<b>157</b>
85. Ignorância ou erro de direito.....	159
86. Erro de fato.....	166
87. Erro provocado.....	181
88. Erro acidental. “Error in persona”. “Aberratio ictus”. “Aberratio delicti”.....	181
<b>Art. 18. Coação irresistível e obediência hierárquica.....</b>	<b>186</b>
89. Coação irresistível.....	187
90. Obediência hierárquica.....	190
<b>Art. 19. Exclusão de criminalidade.....</b>	<b>193</b>
<b>Art. 20. Estado de necessidade.....</b>	<b>193</b>
<b>Art. 21. Legítima defesa; Excesso culposo.....</b>	<b>194</b>
91. Generalidades.....	196
92. Estado de necessidade.....	198
93. Legítima defesa.....	206
94. Requisitos da legítima defesa.....	210

95. Agressão atual ou iminente e injusta.....	213
96. Preservação de um direito, próprio ou de outrem.....	219
97. Emprego moderado dos meios necessários à defesa.....	221
98. Excesso culposo.....	223
99. Inadmissibilidade da legítima defesa recíproca.....	226
100. Cumprimento de dever legal e exercício de direito.....	226

TÍTULO III  
DA RESPONSABILIDADE

<b>Art. 22. Irresponsáveis; Redução facultativa de pena.....</b>	<b>230</b>
<b>Art. 23. Menores de 18 anos.....</b>	<b>230</b>
<b>Art. 24. Emoção e paixão. Embriaguez.....</b>	<b>230</b>
101. Responsabilidade penal.....	235
102. Método biopsicológico.....	242
103. Doença mental.....	244
104. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	246
105. Responsabilidade diminuída.....	247
106. Classificação das anormalidades psíquicas.....	261
107. Critérios ou requisitos psicológicos da responsabilidade.....	262
108. Imaturidade.....	263
109. Emoção e paixão.....	269
110. Embriaguez.....	280
111. Perícia psiquiátrica e quesitos.....	284

TÍTULO IV  
DA COAUTORIA

<b>Art. 25. Pena da coautoria.....</b>	<b>288</b>
<b>Art. 26. Circunstâncias incommunicáveis.....</b>	<b>288</b>
<b>Art. 27. Casos de impunibilidade.....</b>	<b>288</b>
112. Concurso de agentes.....	290
113. Elemento subjetivo da participação.....	302
114. Cooperação dolosamente distinta.....	304
114-a. Participação de participação e instigação ou mandato sucessivo.....	306
115. Concurso em crime culposo.....	306
116. Participação mediante omissão.....	308
117. Agravação e atenuação de pena.....	309
118. Concurso necessário. Concurso-agravante. Crime multitudinário.....	310
119. Agente provocador (agent provocateur, Lockspitzel).....	315

120. Participação e arrependimento. ....	317
121. Circunstâncias incommunicáveis e comunicáveis. ....	318
122. Impunibilidade no caso de “delictum non secutum”. ....	319

## SEGUNDA PARTE

**René Ariel Dotti**

<i>Tábua de Abreviaturas</i> .....	325
------------------------------------	-----

TÍTULO II  
DO CRIME

<b>§ 1º Introdução histórica</b> .....	339
I. As Ordenações do Reino de Portugal.....	339
II. A devassa da Inconfidência Mineira.....	340
III. A Independência do Brasil. ....	341
IV. A influência das bases da Constituição Portuguesa.....	341
V. A Constituição do Império do Brasil (1824).....	342
VI. O Código Criminal do Império (1830).....	343
VII. O Código Penal da Primeira República (1890).....	344
VIII. A Consolidação das Leis Penais (1932). ....	345
IX. O Código Penal de 1940.....	346
X. O Código Penal de 1969 (Dec.-lei nº 1.004, de 21.10.1969). ....	348
a. <i>A revisão do Anteprojeto Hungria (1)</i> .....	348
b. <i>A revisão do Anteprojeto Hungria (2)</i> .....	349
c. <i>As vicissitudes da reforma</i> .....	349
XI. A Lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973 (reforma do CP 1969). ....	351
XII. A reforma setorial da Parte Geral do Código Penal de 1940.....	353
XIII. A reforma global da Parte Geral do Código Penal de 1940.....	355
XIV. O Anteprojeto Toledo. ....	356
XV. A reforma pontual.....	356
<b>§ 2º Conceitos de crimes</b> .....	357
I. O Código Criminal do Império. ....	357
II. O Código Penal da Primeira República.....	358
III. A Lei de Introdução ao Código Penal. ....	358
IV. Conceito material de crime.....	358
V. Concepção de vários mestres. ....	359
VI. Propostas sob diversas perspectivas.....	359
VII. Uma definição tautológica. ....	362

<b>§ 3º Divisão das infrações penais</b> .....	363
I. O critério adotado pelo Brasil.....	363
II. Orientação de outros países.....	363
III. Ausência de método seguro de distinção.....	363
IV. Fundamento e critério.....	364
<b>§ 4º Modalidades de crimes</b> .....	364
I. Introdução.....	365
II. Relação.....	365
<b>§ 5º Elementos do crime (1)</b> .....	381
I. A conduta.....	381
II. Conceito legal de causa.....	381
<b>§ 6º Elementos do crime (2)</b> .....	382
I. A tipicidade.....	382
II. A tipicidade conglobante.....	382
III. Classificação dos tipos legais.....	383
IV. Conceito de tipo de ilícito penal.....	385
V. O tipo penal como indiciário da ilicitude.....	385
a. <i>A conduta típica é indício de ilicitude</i> .....	385
b. <i>O tipo de ilícito e a fragmentariedade do Direito Penal</i> .....	386
VI. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	387
VII. Classificação dos tipos penais.....	388
a. <i>Tipos penais fechados</i> .....	388
b. <i>Tipos penais abertos</i> .....	388
c. <i>Tipos fundamentais (básicos)</i> .....	390
d. <i>Tipos derivados (de atenuação ou agravação)</i> .....	390
VIII. Elementos dos tipos penais.....	390
a. <i>Elementos descritivos</i> .....	390
b. <i>Elementos normativos</i> .....	390
c. <i>Elementos subjetivos</i> .....	391
IX. Funções do tipo penal.....	392
X. O princípio da intervenção mínima.....	393
<b>§ 7º Elementos do crime (3)</b> .....	394
I. A ilicitude.....	394
II. Ilicitude formal e ilicitude material.....	395
III. Elementos da ilicitude.....	395
IV. Ilicitude e injusto.....	395
V. O bem jurídico.....	397

VI. Bem jurídico e objeto do crime.....	398
VII. O princípio da insignificância jurídica.....	399
VIII. Ilícito penal e ilícito civil.....	401
IX. Ilícito penal e ilícito administrativo.....	402
a. <i>Direito administrativo sancionador</i> .....	402
b. <i>A unidade do ius puniendi</i> .....	403
X. Ilícito penal e outras modalidades.....	405
<b>§ 8º Elementos do crime (4)</b> .....	405
I. A culpabilidade.....	405
<b>§ 9º A punibilidade</b> .....	405
I. Conceito.....	405
II. A punibilidade como suposto elemento do crime.....	405
III. Punibilidade e pena.....	406
<b>§ 10. Condições objetivas de punibilidade</b> .....	407
I. Conceito.....	407
II. Inclusão sistemática.....	407
III. Condições de punibilidade ou condições de processabilidade.....	407
<b>§ 11. Escusas absolutórias</b> .....	409
I. Designações.....	409
II. Classificação.....	410
III. Condições negativas de punibilidade.....	410
IV. Escusa absolutória e perdão judicial.....	411
<b>§ 12. Causas extintivas de punibilidade</b> .....	412
I. Conceito.....	412
<b>§ 13. Causalidade factual e jurídica</b> .....	424
I. Precisão terminológica.....	424
II. Não há crime sem resultado.....	425
III. Direito penal do fato.....	426
IV. Classificações do delito segundo o resultado.....	427
V. O princípio da ofensividade.....	427
VI. Causa e condição.....	428
VII. Concausa.....	428
VIII. A relação de causalidade.....	429
IX. Teorias sobre a relação de causalidade.....	431
a. <i>Teoria da totalidade das condições</i> .....	431
b. <i>Teoria da equivalência dos antecedentes (conditio sine qua non)</i> .....	432

c. <i>Teoria da causalidade adequada</i> .....	433
d. <i>Teoria da predominância</i> .....	434
e. <i>Teoria da relevância jurídica</i> .....	434
f. <i>Teoria da causa humana exclusiva</i> .....	435
g. <i>Teoria da imputação objetiva</i> .....	435
h. <i>Outras teorias</i> .....	439
X. <i>Superveniência de causa independente</i> .....	440
<b>§ 14. Conceito realístico da ação</b> .....	441
I. Elementos da ação .....	441
II. Etapas de desenvolvimento da ação .....	441
III. A incapacidade criminal da pessoa jurídica .....	442
a. <i>Inexistência de ação ou omissão da pessoa jurídica</i> .....	442
b. <i>Erro elementar de interpretação</i> .....	442
c. <i>Precedentes do Superior Tribunal de Justiça</i> .....	444
d. <i>Precedente do Supremo Tribunal Federal</i> .....	444
IV. Assunto que não transitou em julgado .....	445
<b>§ 15. Teoria jurídico-penal da ação</b> .....	450
I. Posição dogmática .....	450
II. Teorias sobre a ação .....	451
a. <i>Teoria causal-naturalista</i> .....	451
b. <i>Teoria sintomática</i> .....	452
c. <i>Teoria social</i> .....	452
d. <i>Teoria finalista</i> .....	453
III. Ação e ato .....	456
IV. <i>Actio libera in causa</i> .....	456
V. Ausência de conduta .....	458
<b>§ 16. Teoria jurídico-penal da omissão</b> .....	460
I. Conceito doutrinário .....	460
II. Conceito legal .....	461
III. Teorias sobre a omissão .....	461
a. <i>Teoria normativa</i> .....	462
b. <i>Teoria finalista</i> .....	462
IV. Elementos da omissão .....	462
V. Natureza do dever de agir .....	463
VI. Responsabilidade pelo dever de agir .....	464
VII. Formas da omissão .....	464
VIII. Classificação dos crimes omissivos .....	464

a. Crimes omissivos próprios ( <i>puros</i> ).....	464
b. Crimes omissivos impróprios ( <i>comissivos por omissão</i> ).....	464
c. Crime omissivo por comissão ( <i>conduta mista</i> ).....	465
IX. A causalidade nos delitos de omissão dolosa.....	466
X. A causalidade nos delitos de omissão culposa.....	468
XI. Omissão e conivência.....	469
<b>§ 17. Sujeitos do crime</b> .....	470
I. Sujeito ativo.....	470
II. Sujeito passivo.....	471
III. Terceiro prejudicado.....	472
<b>§ 18. O dano</b> .....	472
I. Sinonímia.....	472
II. Espécies de dano.....	473
a. <i>Dano efetivo</i> .....	473
b. <i>Dano potencial</i> .....	473
<b>§ 19. O perigo</b> .....	473
I. Conceito.....	473
II. Espécies de perigo.....	475
a. <i>Perigo efetivo</i> .....	475
b. <i>Perigo presumido</i> .....	475
c. <i>Perigo coletivo</i> .....	477
d. <i>Perigo individual</i> .....	477
e. <i>Perigo atual ou iminente</i> .....	477
f. <i>Perigo futuro (mediato)</i> .....	478
<b>§ 20. O itinerário do crime</b> .....	484
I. Fases do crime doloso.....	484
II. Cogitação e deliberação.....	485
III. Atos preparatórios.....	485
IV. Distinção entre atos preparatórios e início de execução.....	486
<b>§ 21. A tentativa</b> .....	489
I. Breve histórico.....	489
II. Conceito.....	490
III. Teorias.....	491
IV. Elementos.....	492
V. Espécies.....	493
VI. Tentativa de lesão corporal.....	493



VII. Tentativa em outras espécies de crimes .....	494
VIII. Tentativa no crime de perigo.....	495
IX. Ilícitos penais que não admitem a tentativa. ....	495
X. Pena da tentativa.....	496
XI. Crime impossível. Tentativa impunível.....	498
<b>§ 22. A consumação</b> .....	498
I. Conceito legal .....	498
II. Elementos. ....	499
III. O momento da consumação.....	499
IV. A consumação nos crimes instantâneos, continuados e permanentes.....	500
<b>§ 23. O exaurimento</b> .....	502
I. Noção geral. ....	502
II. Hipóteses. ....	502
III. Efeitos penais.....	503
<b>§ 24. Desistência e arrependimento</b> .....	506
I. A desistência voluntária. ....	506
II. O arrependimento eficaz. ....	507
III. Desistência e arrependimento: aspectos comuns. ....	507
<b>§ 25. Especial diminuição da pena</b> .....	510
I. Inovação legislativa.....	510
II. Disposição relativa à aplicação da pena. ....	512
III. O suposto vício de linguagem. ....	513
IV. Natureza jurídica. ....	514
V. Aplicação e extensão do benefício. ....	514
VI. A reparação do dano nos crimes culposos. ....	516
VII. Causas gerais de atenuação da pena. ....	516
VIII. Relevância jurídica do instituto. ....	517
IX. Relevância social do instituto. ....	517
X. Um exemplo legal de composição. ....	518
<b>§ 26. Tentativa inidônea</b> .....	521
I. Crime impossível. ....	521
II. Meio e objeto do crime. ....	522
III. Ineficácia absoluta ou relativa (do meio).....	522
IV. Improriedade absoluta ou relativa (do objeto).....	523
V. Teoria adotada pelo Código e seu efeito. ....	523
VI. Crime imaginário.....	524

<b>§ 27. Elementos subjetivos do tipo</b> .....	532
I. Conceito de dolo. ....	532
II. O dolo como elemento do tipo. ....	533
III. Classes de dolo (1). ....	534
IV. Classes de dolo (2). ....	535
V. O dolo eventual na orientação do Código Penal. ....	536
a. <i>O consentimento como requisito essencial do dolo eventual</i> .....	536
b. <i>O erro judiciário na abusiva presunção do dolo eventual</i> .....	538
c. <i>A necessária releitura de Cervantes quatro séculos após</i> .....	539
VI. O “fetiche do dolo eventual”.....	539
VII. É urgente uma nova definição legal do dolo eventual.....	540
VIII. Uma proposta para redefinir o dolo eventual.....	541
IX. Os elementos subjetivos do injusto.....	542
X. Conceito de culpa.....	543
XI. A estrutura do tipo culposos.....	544
XII. Limites entre a culpa consciente e o dolo eventual.....	544
XIII. Precedentes paradigmáticos.....	546
XIV. A neocriminalização.....	547
a. <i>Noção geral e exemplos</i> .....	547
b. <i>As alterações no Código de Trânsito Brasileiro</i> .....	547
c. <i>A razoabilidade judiciária em lugar da presunção do dolo</i> .....	548
XV. A culpa inconsciente.....	549
XVI. A preterintencionalidade.....	550
XVII. O problema da compensação de culpas.....	551
<b>§ 28. Prevenção da responsabilidade objetiva</b> .....	558
I. Inovação legislativa.....	558
II. A rejeição do <i>versari in re illicita</i> .....	559
III. Crime qualificado pelo resultado.....	559
IV. Limites da regra de agravação.....	560
<b>§ 29. A posição sistemática da culpabilidade</b> .....	560
I. Breve leitura histórica.....	560
II. Conceito.....	561
III. Teorias sobre a culpabilidade.....	562
<b>§ 30. A culpabilidade como elemento da pena</b> .....	563
I. As teorias sobre a culpabilidade de autor.....	563
a. <i>A culpabilidade pelo caráter</i> .....	563
b. <i>A culpabilidade pela formação da personalidade</i> .....	564

c. <i>A culpabilidade pela conduta de vida</i> .....	565
II. Concepções sobre a culpabilidade.....	566
a. <i>A concepção psicológica</i> .....	566
b. <i>A concepção normativa</i> .....	566
c. <i>A concepção psicológico-normativa</i> .....	567
d. <i>A concepção adotada pela PG/1984</i> .....	568
III. A adoção da teoria finalista da ação.....	569
IV. Pressupostos da culpabilidade.....	570
a. <i>a imputabilidade</i> .....	570
b. <i>a consciência (potencial ou real) da ilicitude</i> .....	570
c. <i>possibilidade e exigibilidade, nas circunstâncias, de conduta diversa</i> .....	571
d. <i>O juízo se reprovação ao sujeito pela sua conduta contrária à norma</i> .....	573
V. A culpabilidade como fundamento da pena.....	574
VI. A culpabilidade como base para a escolha e limites da pena.....	574
VII. A culpabilidade como base para a substituição da pena.....	575
VIII. A culpabilidade como base para fixar o regime inicial da pena de prisão.....	575
IX. O entendimento de doutrinadores nacionais.....	576
X. O entendimento de doutrinadores estrangeiros.....	582
XI. A definição tripartite de crime em código moderno.....	584
XII. Dispositivos específicos em favor da tese.....	584
XIII. A coculpabilidade.....	586
XIV. O crime é um trecho da realidade.....	587
<b>§ 31. O erro sobre os elementos do tipo</b> .....	594
I. Ignorância e erro.....	594
II. Precisão terminológica.....	595
III. Dicotomia: erro de tipo e erro de proibição.....	596
IV. Conceito.....	597
V. Espécies.....	597
VI. Erro de tipo na circunstância de aumento da pena.....	598
VII. Erro de tipo essencial e erro de tipo accidental.....	599
VIII. A punição por crime culposos.....	599
IX. Discriminantes putativas.....	600
X. O princípio da personalidade da pena.....	601
XI. O erro sobre a pessoa.....	601
XII. Outras modalidades de erro.....	601
<b>§ 32. O erro sobre a proibição</b> .....	607
I. Precisão terminológica e conceito.....	607
II. Direito anterior.....	608

III. A lenta desconstituição do dogma <i>error iuris nocet</i> .....	609
IV. A orientação do Anteprojeto Toledo.....	610
V. O dogma do <i>error iuris non nocet</i> .....	611
VI. O conhecimento real da ilicitude.....	611
VII. O conhecimento potencial da ilicitude.....	612
VIII. A <i>cegueira jurídica</i> e a hostilidade ao Direito.....	612
IX. Falta de consciência da ilicitude e desconhecimento da lei.....	613
a. <i>A distinção entre lei e Direito</i> .....	613
b. <i>Ignorância da lei e ignorância do Direito</i> .....	614
X. Espécies de erro de proibição.....	614
a. <i>Erro de proibição direto</i> .....	614
b. <i>Erro de proibição indireto</i> .....	615
c. <i>Erro de mandamento</i> .....	615
d. <i>Erro de vigência</i> .....	615
e. <i>Erro de eficácia</i> .....	615
f. <i>Erro de punibilidade</i> .....	615
g. <i>Erro de subsunção</i> .....	616
h. <i>Erro por convicção religiosa</i> .....	616
i. <i>Erro por outras situações</i> .....	616
XI. A concepção adotada pelo Código Penal e o erro de proibição.....	616
XII. Múltiplas funções da culpabilidade.....	617
XIII. Erro de proibição extrapenal.....	618
<b>§ 33. Sujeição física ou moral</b> .....	624
I. Coação física e coação moral.....	624
II. Distinção entre as formas de coação.....	624
III. Elementos comuns às formas de coação.....	625
IV. Hipótese da coação com dois sujeitos.....	626
V. Coação moral imposta pela sociedade.....	626
<b>§ 34. Obediência devida</b> .....	628
I. Obediência hierárquica.....	628
II. Natureza da relação entre as partes.....	628
III. Natureza jurídica do instituto.....	629
IV. A obediência devida no Direito Internacional.....	629
a. <i>A doutrina do positivismo jurídico</i> .....	629
b. <i>Um novo paradigma de justiça penal internacional</i> .....	631
<b>§ 35. Causas legais de justificação</b> .....	636
I. A ordem legal das excludentes.....	636

II. Clausulas de garantia. ....	636
<b>§ 36. A punibilidade nos casos de excesso</b> .....	<b>638</b>
I. O abuso do direito.....	638
II. O problema no Direito anterior.....	638
III. A regra geral. ....	638
IV. Fundamento da punição.....	639
V. Erro sobre a causa de justificação. ....	639
<b>§ 37. Causas supra legais de justificação</b> .....	<b>639</b>
I. Introdução.....	639
II. O consentimento do ofendido. ....	640
III. O risco permitido.....	642
IV. As normas de cultura. ....	644
a. Meios de correção.....	644
b. A cultura indígena.....	645
<b>§ 38. <i>Necessitas facit ius</i></b> .....	<b>651</b>
I. Modelos antigos e modernos.....	651
II. Fundamento jurídico. ....	652
III. Requisitos.....	652
IV. A colisão de deveres. ....	654
V. Concurso de pessoas. ....	654
VI. Estado de necessidade putativo.....	654
VII. Estados de necessidade defensivo e agressivo.....	655
VIII. O dever legal de enfrentar o perigo. ....	655
IX. Estado de necessidade no Direito Civil.....	655
X. O direito de resistência. ....	656
<b>§ 39. A primitiva forma de reação</b> .....	<b>664</b>
I. Resumo histórico. ....	664
II. Teorias fundamentais.....	664
III. Requisitos.....	669
IV. Direitos suscetíveis de defesa legítima.....	670
V. O caráter objetivo da legítima defesa. ....	670
VI. A orientação majoritária.....	671
VII. Uma opinião relevante.....	672
VIII. A exceção do ânimo de defesa. ....	673
IX. O elemento subjetivo no tipo. ....	674
X. Precedentes.....	675

XI. A demonstração objetiva de justificação.....	675
XII. A lição de HUNGRIA.....	676
XIII. O caso de ausência de provocação do ofendido.....	676
XIV. Legítima defesa abusiva.....	677
XV. Reação contra agressão insignificante.....	677
XVI. Legítima defesa contra multidão em tumulto.....	678
XVII. Legítima defesa putativa.....	679
XVIII. A defesa preordenada ( <i>Offendiculum</i> ).....	680
a. <i>Noção geral</i> .....	680
b. <i>Natureza jurídica</i> .....	681
c. <i>Requisitos de admissibilidade</i> .....	682
d. <i>O problema do erro de pessoa</i> .....	682
XIX. A legítima defesa no Direito Civil.....	683
XX. Situações especiais.....	683
a. <i>Legítima defesa e aberratio ictus</i> .....	684
b. <i>Legítima defesa contra agressão de inimputável</i> .....	684
c. <i>Legítima defesa exercida por inimputável</i> .....	684
d. <i>Legítima defesa contra agressão de pessoa jurídica</i> .....	685
e. <i>Legítima defesa da alegada honra conjugal</i> .....	685
f. <i>Legítima defesa em favor de interesses difusos e de bens do estado</i> .....	687
g. <i>Legítima defesa contra legítima defesa</i> .....	688
h. <i>Legítima defesa em caso de rixa</i> .....	688
i. <i>Legítima defesa contra agressão culposa</i> .....	688
j. <i>Legítima defesa em caso de resistência agressiva</i> .....	689
k. <i>Outras hipóteses</i> .....	689
<b>§ 40. Estrito cumprimento do dever legal</b> .....	690
I. <i>Noção geral</i> .....	694
II. <i>Requisitos</i> .....	694
III. <i>O descumprimento de ordem legal</i> .....	695
IV. <i>O abuso de autoridade</i> .....	695
<b>§ 41. Exercício regular de direito</b> .....	695
I. <i>Conceito</i> .....	699
II. <i>Requisitos</i> .....	699
III. <i>Intervenção médico-cirúrgica e lesão em prática desportiva</i> .....	699
IV. <i>Atuação pro magistratu</i> .....	700
V. <i>A autoajuda</i> .....	700
VI. <i>A imunidade parlamentar</i> .....	700

VII. A imunidade profissional .....	701
VIII. O exercício regular de direito no Direito Civil. ....	703
TÍTULO III	
DA IMPUTABILIDADE PENAL	
<b>§ 42. Hipóteses de isenção de pena</b> .....	707
I. Exclusão de culpabilidade. ....	707
II. Precisão terminológica. ....	708
III. Conceito. ....	709
<b>§ 43. Absoluta incapacidade de culpa</b> .....	715
I. A incapacidade de compreensão e o erro de proibição. ....	715
II. Casos de anomalia mental. ....	715
III. O sistema adotado pelo Código Penal. ....	715
IV. Doença mental. ....	716
<b>§ 44. Relativa incapacidade de culpa</b> .....	717
I. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado. ....	717
II. Semi-imputabilidade. ....	718
III. Avaliação da Psiquiatria Forense. ....	718
IV. A surdo-mudez. ....	719
V. A epilepsia. ....	719
<b>§ 45. Medidas de segurança</b> .....	720
I. Precisão terminológica. ....	726
II. Noções gerais. ....	726
III. Pena e medida de segurança. ....	727
IV. Natureza jurídica. ....	727
V. Algumas notas sobre o Direito anterior. ....	728
VI. O Direito vigente. ....	729
VII. Pressupostos legais. ....	730
a. <i>Periculosidade real</i> .....	730
b. <i>Periculosidade presumida</i> .....	730
VIII. Estabelecimento adequado. ....	731
IX. Previsão de princípios, garantias e direitos. ....	732
a. <i>O princípio da necessidade</i> .....	732
b. <i>A dignidade da pessoa humana</i> .....	733
c. <i>Anterioridade da lei penal</i> .....	733
d. <i>Personalidade</i> .....	734
e. <i>Irretroatividade da lei mais grave</i> .....	734
f. <i>Proporcionalidade</i> .....	734

g. <i>Jurisdicionalidade</i> .....	735
X. Sistemas de aplicação e de execução .....	735
XI. Execução definitiva e internação provisória .....	736
XII. Internação ou ambulatório .....	737
XIII. Desinternação ou liberação condicional .....	738
XIV. Superveniência de doença mental .....	739
XV. Perícia médica .....	739
XVI. Tempo de duração .....	740
XVII. Detração .....	740
XVIII. Revogação e extinção .....	741
XIX. Execução administrativa das medidas de segurança .....	741
<b>§ 46. Presunção legal de incapacidade de culpa</b> .....	748
I. Algumas notas sobre o Direito anterior .....	748
II. A declaração constitucional .....	749
III. O momento da aquisição da imputabilidade .....	751
IV. Maioridade penal e maioridade civil .....	752
V. Fundamento da imputabilidade .....	752
VI. A permanente crise do sistema prisional .....	754
VII. A contradição entre a teoria e a prática .....	754
VIII. A imputabilidade penal declarada no art. 228 da Constituição Federal .....	755
a. <i>Uma cláusula pétrea</i> .....	755
b. <i>Proposta de Emenda ao art. 228 da Constituição Federal</i> .....	759
IX. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) .....	759
X. Medidas aplicáveis às crianças e adolescentes .....	761
XI. Projeto de lei ampliando o tempo de internação do menor infrator .....	761
XII. “Ato infracional” ou infração penal (crime)? .....	762
XIII. Uma avaliação concreta sobre menores infratores .....	765
<b>§ 47. Estados emocionais e passionais</b> .....	774
I. Algumas notas sobre o Direito anterior .....	774
a. <i>A privação dos sentidos e da inteligência</i> .....	774
b. <i>A perturbação dos sentidos e da inteligência</i> .....	775
II. Emoção: conceito, consequências psicossomáticas e penais .....	776
III. Paixão: conceito, consequências psicossomáticas e penais .....	777
<b>§ 48. O problema da embriaguez</b> .....	779
I. Conceito .....	779
II. Tipos de embriaguez .....	779
a. <i>Embriaguez preordenada</i> .....	779



<b>b. Embriaguez voluntária</b> .....	779
<b>c. Embriaguez culposa</b> .....	780
<b>d. Embriaguez acidental</b> .....	780
<b>e. Embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior</b> .....	780
<b>f. Outras modalidades</b> .....	780
III. A embriaguez ao volante de veículo automotor.....	781
IV. A embriaguez e a imputabilidade.....	781
<b>a. A regra geral</b> .....	781
<b>b. Hipótese de exclusão da ilicitude</b> .....	781
<b>c. Hipóteses de isenção e redução da pena</b> .....	781
V. Presunção de periculosidade.....	782
<b>§ 49. A situação jurídico-penal do índio</b> .....	783
I. Precisão terminológica.....	785
II. Cultura penal própria .....	785
III. A orientação do Código Civil revogado. ....	788
IV. A Constituição Federal de 1988.....	788
V. O Código Civil em vigor. ....	788
VI. A imputabilidade jurídico-penal do índio.....	789
VII. A individualização da pena.....	790
VIII. O equivocado reconhecimento da semi-imputabilidade. ....	790
IX. Os aspectos da culpabilidade e da pena.....	790
X. A solução mais adequada. ....	792
XI. Crimes contra grupos e comunidades indígenas.....	792
<b>§ 50. Causas supralegais de exclusão de culpabilidade</b> .....	793
I. Introdução.....	793
II. Inexigibilidade de conduta diversa. ....	794
III. Estado de necessidade exculpante. ....	797
IV. Obediência indevida exculpante. ....	799
V. Excesso exculpável no estado de necessidade e na legítima defesa.....	799
VI. A cláusula de consciência. ....	802
VII. A provocação da situação da legítima defesa.....	803
VIII. A desobediência civil.....	803
IX. O conflito de deveres. ....	804
X. A grave alteração da consciência. ....	805
<b>TÍTULO IV</b>	
<b>DO CONCURSO DE PESSOAS</b>	
<b>§ 51. Introdução</b> .....	813

I. O crime como fato individual.....	813
II. O crime como fato comum.....	814
<b>§ 52. O concurso de pessoas no direito anterior.....</b>	<b>814</b>
I. O Código Criminal do Império (1830).....	814
II. O Código Penal da Primeira República (1890).....	814
III. O Código Penal de 1940.....	815
<b>§ 53. O concurso de pessoas no direito a constituir.....</b>	<b>817</b>
I. Anteprojeto Hungria.....	817
II. O Código Penal de 1969/1973.....	819
III. O Anteprojeto Toledo.....	820
<b>§ 54. O concurso de pessoas no direito em vigor.....</b>	<b>821</b>
I. Precisão terminológica.....	821
II. A individualização da responsabilidade penal.....	821
III. A consagração do princípio da culpabilidade.....	822
IV. Espécies do concurso de pessoas.....	822
a. <i>O concurso eventual</i> .....	822
b. <i>O concurso necessário</i> .....	822
V. Elementos do concurso.....	823
a. <i>pluralidade de condutas culpáveis</i> .....	823
b. <i>a relação de causalidade física</i> .....	823
c. <i>a homogeneidade do elemento subjetivo</i> .....	823
VI. Tipos e momentos do concurso.....	824
<b>§ 55. Teorias sobre autoria e participação.....</b>	<b>825</b>
I. Teoria objetivo-formal.....	825
II. Teoria objetivo-material.....	826
III. Teoria subjetiva.....	826
IV. Teoria do domínio do fato.....	827
a. <i>O domínio da ação</i> .....	828
b. <i>O domínio da vontade</i> .....	828
c. <i>O domínio funcional do fato</i> .....	829
V. A teoria do domínio do fato e o art. 29 do Código Penal.....	829
VI. Casos de inaplicabilidade da teoria do domínio do fato.....	830
<b>§ 56. Conceitos de autoria, coautoria e participação.....</b>	<b>831</b>
I. Autor imediato (direto).....	831
II. Autor mediato (indireto).....	832
III. Coautoria.....	832

a. <i>Coautoria em crime culposo</i> .....	833
b. <i>Crimes que não admitem a coautoria</i> .....	835
IV. A participação .....	835
V. Formas de participação .....	836
a. <i>Instigação</i> .....	836
b. <i>Mandato</i> .....	836
c. <i>Conselho</i> .....	837
d. <i>Comando</i> .....	837
e. <i>Ameaça</i> .....	837
f. <i>Induzimento</i> .....	837
g. <i>Cumplicidade</i> .....	837
VI. Graus de participação .....	838
a. <i>A participação de menor importância</i> .....	838
b. <i>A vontade de participar de crime menos grave</i> .....	839
c. <i>A “participação” subjetivamente distinta</i> .....	839
VII. A participação em certos tipos de crimes .....	839
a. <i>Crime continuado: § 4º n. 13</i> .....	839
b. <i>Crime permanente: § 4º, n. 69</i> .....	839
c. <i>Crime plurissubjetivo: § 4º n. 71</i> .....	840
d. <i>Crime societário: § 4º, n. 86</i> .....	840
e. <i>Crime de conduta mista: § 4º, n. 22 bis</i> .....	840
<b>§ 57. Inexistência do concurso de pessoas</b> .....	840
I. A convivência .....	840
II. Autoria colateral .....	841
III. Provocação, preparação e infiltração .....	841
IV. Atividade ilícita posterior à consumação .....	841
<b>§ 58. A multidão criminosa</b> .....	842
I. Noções gerais .....	842
II. O problema da punibilidade .....	842
III. O concurso de pessoas .....	843
<b>§ 59. Circunstâncias e condições pessoais</b> .....	847
I. Precisão terminológica .....	847
II. Conceito .....	848
III. O concurso de pessoas no infanticídio .....	849
<b>§ 60. Casos de atipicidade</b> .....	853
I. Precisão terminológica .....	853

II. Noção realística do crime.....	854
III. Exclusão do sistema “duplo binário”.....	854
IV. Cláusula de reserva.....	854
<b>APÊNDICE</b>	
1. <b>Dados biográficos.</b> René Ariel Dotti.....	861
2. <b>Tributo de respeito e admiração.</b> Heleno Cláudio Fragoso.....	865
3. <b>Memória jurisprudencial.</b> Luciano Felício Fuck.....	867
4. <b>A Pena de Morte.</b> Néelson Hungria.....	882
5. <b>Metáforas e pensamentos de Néelson Hungria.</b> René Ariel Dotti.....	895
6. <b>Reunião da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal de 1940.....</b>	897
7. <b>Exposição de Motivos do Projeto definitivo do Código Penal de 1940.</b> (Dec.-lei n. 2.848, 07.12.1940: Parte Geral, arts. 11-27).....	898
8. <b>Páginas originais do Anteprojeto Hungria redigidas por ele mesmo.</b> Doação: Clemente Hungria.....	909
9. <b>Quadro comparativo de dispositivos penais.</b> .....	913
<b>PLANO GERAL DOS COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL.....</b>	929
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....</b>	931